

PROCESSO LICITAT1RIO N1 1465/2024

PREG1O ELETR1NICO N1 0035/2024

PREAMBULO

A UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE, neste ato representado pelo CENTRO UNIVERSIT1RIO INTEGRADO DE SA2DE AMAURY DE MEDEIROS – CISAM, atrav4s da Pregoeira **Lusinete Viana Rocha de Holanda**, designada por meio da Portaria n1 170, publicada no Di1rio Oficial do Estado de Pernambuco, edi11o do dia 16/01/2024, torna p2blico, para conhecimento dos interessados, com a respectiva autoriza11o do Ordenador de Despesa, a abertura da licita11o na modalidade **PREG1O ELETR1NICO**, do tipo **MENOR PRE1O UNIT1RIO/POR ITEM**, para **REGISTRO DE PRE1OS**, a ser realizado por meio da utiliza11o de recursos de tecnologia da informa11o – *Internet*, de acordo com a Lei Federal n1 14.133/21, a Lei Complementar n1 123/06 e os Decretos Estaduais n1 54.142/2022 e n1 54.700/2023, e respectivas altera11es, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplic1veis 1 esp4cie, a realizar-se no local e hor1rio a seguir:

| INFORMA11ES GERAIS | |
|--|--|
| ABERTURA DAS PROPOSTAS AT1: 30 minutos antes do hor1rio previsto para o in1cio da sess1o de disputa de pre1os | |
| SISTEMA ELETR1NICO UTILIZADO : PE-INTEGRADO | |
| ENDERE1O ELETR1NICO : www.peintegrado.pe.gov.br | |
| DADOS PARA CONTATO | |
| PREGOEIRA: Lusinete Viana Rocha de Holanda | |
| FONE: (81)3182-7710/9963-41201 | E-MAIL: licitacao.cisam@upe.br |
| ENDERE1O: Rua Visconde de Mamanguape, s/n1, Encruzilhada, Recife, Pernambuco, CEP: 52.030-010 | |
| Os per1odos para recebimento de propostas e para in1cio da sess1o de disputa de pre1os estar1o indicados no aviso de abertura do certame. | |
| OBSERVA11O 1: Para todas as refer4ncias de tempo ser1 obrigatoriamente adotado o hor1rio de Bras1lia - DF. | |
| OBSERVA11O 2: Na hip1tese de n1o haver expediente na data fixada, ficar1 a sess1o adiada para o primeiro dia 2til subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposi11es em contr1rio. | |

1. DO OBJETO

1.1. A presente licita11o tem como objeto o REGISTRO DE PRE1OS PARA FORNECIMENTO EVENTUAL DE MATERIAIS M1DICO-HOSPITALARES (**CURATIVOS**), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO CISAM/UPE E DEMAIS 1RG1OS PARTICIPANTES, conforme especifica11es e quantitativos previstos no **ANEXO I - TERMO DE REFER1NCIA** deste Edital.

1.2. A utiliza11o da Ata de Registro de Pre1os por 1rg1os e entidades n1o participantes da presente licita11o obedecer1 aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condi11es estabelecidas no **ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PRE1OS** deste Edital.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS OR1AMENT1RIOS

2.1. A despesa total com a execu11o do objeto desta licita11o 4 estimada em **R\$178.386,6568** (cento e setenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), distrib2idos em itens, na forma indicada no **ANEXO I - TERMO DE REFER1NCIA** deste Edital.

2.2. As despesas decorrentes desta licita11o est1o inclu2idas no or1amento do Estado de Pernambuco, para o presente exerc2cio, na classifica11o: Elemento de Despesa: 3.3.90.30.

3. A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrado no sistema PE-Integrado, adotando as seguintes providências:

3.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao sistema PE-INTEGRADO, no endereço www.peintegrado.pe.gov.br, através do link "Cadastre-se no sistema";

3.1.2. Após a conclusão do cadastro online, a interessada deverá entrar em contato com o suporte por meio do e-mail suporte.peintegrado@sad.pe.gov.br, para dar continuidade ao processo de credenciamento com envio eletrônico dos documentos comprobatórios descritos na página eletrônica citada, e recebimento do login pessoal de acesso ao sistema;

3.1.3. O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer modalidade de licitação sob a forma eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Governo do Estado, devidamente justificada;

3.1.4. Para fins de credenciamento e operacionalização do sistema PE-INTEGRADO, indica-se que as licitantes utilizem o navegador "Google Chrome", responsabilizando-se por eventual ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância desta disposição;

3.1.5. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalização do sistema, as licitantes deverão entrar em contato com a Gerência de Sistemas Integrados de Gestão - GESIG pelo telefone (81) 3183-7721 ou através do e-mail: suporte.peintegrado@sad.pe.gov.br.

3.2. A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

3.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

3.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

3.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no PE-INTEGRADO, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

3.2.3.1 Caso haja usuário "ativo" no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. Pessoa jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.2. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.3.3. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4. Pessoa jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.6. Pessoa jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.3.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.3.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10. Profissionais organizados em cooperativa;

3.3.11. Pessoas físicas;

3.3.12. Agricultor familiar/produtor rural.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 08h às 12 horas e das 13h às 17 horas.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo à Pregoeira informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo à Pregoeira informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema PE-INTEGRADO.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pela Pregoeira no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pela Pregoeira.

5.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta não identificada, com o preço expresso em moeda nacional até a data e horário marcados no preâmbulo do Edital, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento das propostas iniciais.

6.2. A licitante deverá especificar o **PREÇO UNITÁRIO** do item no qual pretende concorrer.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;

6.3.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.

6.4. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

6.4.1. Ao declarar o enquadramento previsto no item 6.4, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei 14.133/2021, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na LCE 123, de 2006 e neste edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às microempresas, às empresas de pequeno porte.

6.5. A ausência da declaração prevista no item 6.4 não impedirá a participação das licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) no processo licitatório, porém indicará que abdicou do direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.6. A falsidade das declarações previstas nos itens 6.3. e 6.4. sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

6.8. As propostas terão validade de, no mínimo, **120** (cento e vinte) **dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante.

6.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, sendo facultado à licitante retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada até a abertura da sessão pública.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

- 7.5.1. A Pregoeira poder1 suspender a sess1o p1blica para a an1lise dos documentos relativos 1s garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.
- 7.6. Ser1 desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identifica3o.
- 7.7. A desclassifica3o ser1 sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participar1o da fase de lances.

8. DA FASE DE LANCES

- 8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas dever1o estar conectados ao sistema eletr1nico e poder1o encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletr1nico.
- 8.2. Caso a licitante n1o apresente lances, concorrer1 com o valor de sua proposta.
- 8.3. O sistema eletr1nico n1o identificar1 o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.4. A licitante somente poder1 oferecer lance de valor inferior ao 1ltimo por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.5. Durante o transcurso da sess1o, as licitantes ser1o informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 8.6. N1o ser1o aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.7. Salvo se houver evidente erro material, n1o poder1 haver desist4ncia dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente 1s penalidades estabelecidas neste Edital.
- 8.8. Durante a fase de lances, a Pregoeira poder1, justificadamente e mediante comunica3o via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o car1ter competitivo do certame, implicando, nesta 1ltima hip1tese, exclus1o da licitante da disputa.
- 8.9. Se ocorrer a desconex1o da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletr1nico permanecer acess1vel 1s licitantes, os lances continuar1o sendo recebidos, sem prej1zo dos atos realizados.
- 8.10. No caso de a desconex1o da Pregoeira persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sess1o do Preg1o ser1 suspensa e ter1 rein1cio somente ap1s comunica3o expressa aos participantes no endere3o www.peintegrado.pe.gov.br.
- 8.10.1. Na situa3o acima, o rein1cio deve acontecer no turno seguinte ao da sess1o suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hip1tese na qual a comunica3o aos participantes deve ocorrer com anteced4ncia m1nima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.11. O procedimento da etapa de lances seguir1 de acordo com o modo de disputa aberto.
- 8.12. A etapa de lances p1blicos e sucessivos ter1 dura3o de 15 (quinze) minutos e, ap1s esse prazo, ser1 prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos 1ltimos 02 (dois) minutos do per1odo de dura3o.
- 8.12.1. A prorrog1o autom1tica de que trata o item 8.12. ser1 de 02 (dois) minutos e ocorrer1 sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse per1odo de prorrog1o, inclusive quando se tratar de lances intermedi1rios.
- 8.13. Na hip1tese de n1o haver novos lances na forma prevista no item 8.12.1., a sess1o p1blica ser1 encerrada automaticamente e o sistema ordenar1 e divulgar1 os lances em ordem crescente de classifica3o.
- 8.14. Definido o melhor lance, se a diferen3a em rela3o ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, a Pregoeira poder1 admitir, por uma 1nica vez, o rein1cio da disputa aberta, para a defini3o das demais coloca3es.
- 8.15. Ap1s o rein1cio previsto no item acima, as licitantes ser1o convocadas para apresentar lances intermedi1rios, podendo optar por manter o seu 1ltimo lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.
- 8.16. Encerrada a etapa de que trata o item 8.15., o sistema ordenar1 e divulgar1 os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dar1, conforme o crit4rio de julgamento de **MENOR PRE3O UNIT1RIO POR ITEM**.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a fase de disputa, havendo eventual empate entre propostas ou lances, deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no art. 31 do Decreto Estadual nº 54.142/2022.

9.1.1. Na utilização do critério de disputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado no prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

9.1.2. Persistindo o empate, a Pregoeira questionará às licitantes empatadas sobre o atendimento dos critérios previstos no inciso IV e no §1º do art. 31 do Decreto Estadual nº 54.142/2022, assinalando prazo para que a licitante que julgue ser beneficiária do critério de preferência apresente os documentos necessários à comprovação do requisito.

9.1.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes manifestar-se na forma prevista no item 9.1.2., ou se não for devidamente comprovado o seu direito, a Pregoeira realizará sorteio para definir a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

9.2. Não havendo empate ou desempatadas as propostas/lances nos termos do item 9.1., o sistema procederá à verificação automática da existência de empate ficto, considerando o porte das entidades empresariais participantes.

9.2.1. Se a licitante classificada em primeiro lugar for empresa de maior porte e houver lance de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, considera-se a ocorrência de empate ficto, devendo ser adotadas as seguintes providências:

- a) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, o Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico, apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que será classificada provisoriamente em primeiro lugar.
- b) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- c) Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparadas e que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d) Havendo mais de uma microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada com proposta de mesmo valor, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de apresentar melhor oferta.

9.2.2. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 9.2.1., a licitação prossegue com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, a Pregoeira deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.5. No caso previsto no item 10.3., a Pregoeira buscar1 negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classifica2o, buscando obter proposta com valor, no m3nimo, igual ao previsto no or2amento estimado.

10.6. O sistema eletr3nico informar1 a proposta de menor pre2o imediatamente ap3s o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, ap3s negocia2o promovida pela Pregoeira.

11. DA CONVOCA2O DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Ap3s a negocia2o e antes da convoca2o da licitante para apresentar a proposta adequada ao 3ltimo lance, a Pregoeira verificar1 se ela se enquadra em uma das veda2es previstas no item **3.3** deste Edital, especialmente quanto 1 exist4ncia de san2o que impe2a a participa2o no certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Cadastro Nacional de Empresas Inid3neas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A inscri2o da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inid3neas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP ser1 impeditiva apenas nos casos em que o efeito da san2o apontada no referido cadastro representar 3bice 1 participa2o em licita2es e contrata2es do Estado de Pernambuco.

11.1.2. A consulta aos cadastros ser1 realizada em nome da empresa licitante e tamb3m de seu s3cio majorit1rio, nos termos do art.12 da Lei n3 8.429, de 1992.

11.1.3. Caso reste configurada a ocorr4ncia de alguma das veda2es elencadas no item **3.3** deste edital, ser1 declarado o impedimento de sua participa2o na presente licita2o, devendo a Pregoeira repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classifica2o.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar ser1 convocada para apresentar a **PROPOSTA DE PRE2O ADEQUADA AO 3LTIMO LANCE**, devidamente preenchida na forma do **Anexo B do ANEXO I – TERMO DE REFER4NCIA - MODELO DE PROPOSTA DE PRE2OS** deste Edital, acompanhada dos documentos abaixo relacionados referentes a cada item arrematado, bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITA2O DIGITALIZADOS, relacionados no item 13 deste Edital para fins de exame de aceitabilidade do pre2o e de sua habilita2o:

11.2.1. Certificado de Registro, emitido pela **Ag4ncia Nacional de Vigil1ncia Sanit1ria (ANVISA)** ou c3pia leg3vel do DOU do material ofertado;

11.3. Os documentos dever1 ser includidos no Sistema no prazo de **02 (duas) horas corridas**, contado a partir da convoca2o da Pregoeira.

11.4. O prazo de que trata o item 11.3. poder1 ser prorrogado por igual per3odo, antes do t3rmino do prazo originalmente previsto, mediante solicita2o da licitante ou de of3cio, a crit3rio da Pregoeira.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sess1o de abertura da licita2o com todos os documentos necess1rios 1 classifica2o/habilita2o previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se 1 pela documenta2o encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declara2es e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados dever1 estar leg3veis.

11.8. Caber1 1 licitante confirmar o recebimento pela Pregoeira dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo 3nus decorrente da perda de neg3cios causada pela inobserv1ncia de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilita2o DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 11.3., ser1 desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se 1 1s san2es previstas neste Edital.

11.10. A sess1o ser1 suspensa para aguardo da proposta de pre2os e dos documentos de habilita2o, cabendo a Pregoeira informar, atrav3s do sistema eletr3nico, a data e o hor1rio para retomada da licita2o e divulga2o da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilita2o.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

12.1.1. A Pregoeira solicitará parecer técnico ao setor demandante do CISAM/UPE.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento ou outros que não impedem a caracterização do objeto nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.3. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o item será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá atender aos itens **3.1 e 5.2.** do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, na forma e no prazo estipulado no item **11.2** deste edital.

12.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pela Pregoeira, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) tenham a amostra (se exigida durante a fase de julgamento) reprovada, na forma do item **12.17** deste Edital.;
- g) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

12.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, a Pregoeira deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.6.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

- 12.6.3.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 12.7.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).
- 12.8.** Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.
- 12.9.** Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, a Pregoeira retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item **11.3**, e realizarem a negociação de que trata o item **10**, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.
- 12.10.** Quando todas as licitantes forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.
- 12.11.** Para análise conclusiva da conformidade da proposta, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **AMOSTRA** do(s) produto(s) objeto da licitação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de desclassificação.
- 12.11.1.** Antes da análise da amostra, a Pregoeira analisará, de forma preliminar, os documentos de habilitação elencados no item 13.1 deste Edital, com vistas a verificar sua regularidade formal e a viabilidade de dar prosseguimento à etapa de amostras.
- 12.11.2.** Caso os documentos de habilitação contenham vício insanável, a licitante será inabilitada sem análise da amostra.
- 12.12.** As amostras deverão ser entregues no prazo e no endereço especificados no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, com observância das demais regras ali previstas.
- 12.13.** As amostras serão objetivamente avaliadas pela área técnica do órgão licitante de acordo com a disciplina prevista no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 12.14.** Se a(s) amostra(s) for(em) aprovada(s), a Pregoeira dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante análise conclusiva da documentação exigida neste Edital.
- 12.15.** Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s), ou não entregue(s) no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e a Pregoeira retomará a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições previstas nos itens **12.5 e 12.12**.
- 12.16.** A decisão que aprovar ou reprovar a amostra será formalizada por despacho fundamentado em parecer técnico e disponibilizada no sistema PE- Integrado.
- 12.17.** Classificada a proposta, a Pregoeira dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

13.1.1. Habilitação Jurídica

13.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

13.1.1.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.1.1.7. Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do art. 5º da Portaria MS 2.814/1998, versão republicada em 18/11/1998 e Portaria MS 3.765/1998;

13.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de **Pessoas Jurídicas**;

13.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (**CND**), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa** da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.1.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.1.2.4. Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.1.1.4.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.1.2.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

13.1.2.5.1. Caso a licitante tenha filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar também a CRF de Pernambuco;

13.1.2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.2. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015;

13.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual

período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

13.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

13.5. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.6. Qualificação Técnica

13.6.1. Licença de Funcionamento Sanitária válida, emitida pelo Órgão Sanitário Estadual e/ou Municipal, na forma do art. 5º da Portaria MS 2.814/1998, versão republicada em 18/11/1998 e Portaria MS 3.765/1998, compatível com o objeto da licitação;

13.6.2. Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedido pelo Conselho Competente em que se encontra estabelecido o licitante.

13.7. Qualificação Econômico-Financeira:

13.7.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

13.7.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

13.7.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

13.7.2.2. A certidão descrita no item **13.7.2.1** somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

13.7.2.3. No caso de certidão positiva de falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.8. Documentos complementares:

13.8.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.8.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.8.3. Declaração da própria empresa de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital;

13.8.4. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital;

13.8.5. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

13.9. Das regras gerais relativas à habilitação:

13.9.1. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema PE-Integrado.

13.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.9.3. Os documentos de habilitação devem encontrar-se válidos na data de sua apresentação.

13.9.4. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.9.4.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.9.5. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13.9.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

13.9.7. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pela Pregoeira nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.9.8. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes em que participe, a sua habilitação ocorrerá, de maneira provisória, nos lotes em que participar, exceto se os requisitos comprovados não forem suficientes para a habilitação em determinado lote, isoladamente, hipótese em que a licitante será desde já inabilitada no referido lote.

13.9.8.1. Na hipótese de a habilitação ocorrer de maneira provisória em mais de um lote, nos moldes do item 9.6.8, caso a licitante tenha se classificado em primeiro lugar nos lotes em que participou, caberá à Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote, o lote no qual a licitante será considerada vencedora.

13.9.9. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.9.9.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.9.9.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.9.10. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem **13.9.6.**

14. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora em sessão pública.

14.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, a Pregoeira poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

15.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, a Pregoeira, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

15.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

15.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

15.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

15.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza a Pregoeira a fazer exigências novas não previstas no edital.

15.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema PE-Integrado, no prazo de 01 (um) dia útil.

15.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema PE- Integrado, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a declaração do vencedor, qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

16.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

16.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

16.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

16.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. As razões do recurso serão dirigidas à Pregoeira, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

16.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema PE-Integrado.

16.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

16.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

16.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, a Pregoeira encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

17. DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

17.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

17.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

17.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

17.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

17.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme **ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, no prazo de 05 dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

18.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

18.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

18.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DO CONTRATO

19.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante do **Anexo A do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** e correspondente Nota de Empenho, ficando dispensada a celebração de instrumento contratual.

19.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para a retirada da Ordem de Fornecimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.3. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

19.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária ou a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item **18.4**.

19.4.1. Na hipótese do item **19.4**, a adjudicação poderá ser anulada e retomada o procedimento licitatório, a fim de que a Pregoeira retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

20.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

20.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

20.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

20.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

20.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

20.1.3.5. deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. fraudar a licitação;

20.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

20.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

20.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Multa;

20.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nos itens **20.2.2.** e **20.2.3.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

- 20.4.1.** Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item **20.1.1** deste edital;
- 20.4.2.** Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens **20.1.2 e 20.1.3** deste edital;
- 20.4.3.** Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens **20.1.4, 20.1.5., 20.1.6., 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9** deste edital.
- 20.5.** Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:
- 20.5.1.** No cometimento da infração prevista no item **20.1.1**: de 6 a 12 meses;
- 20.5.2.** No cometimento das infrações previstas nos itens **20.1.2 e 20.1.3**: até 6 meses.
- 20.6.** Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens **20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9**: de 03 a 6 anos.
- 20.7.** Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens **20.5 e 20.6**, deverão ser observadas:
- 20.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 20.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 20.7.3.** Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração;
- 20.7.4.** Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;
- 20.7.5.** A vantagem auferida em virtude da infração;
- 20.7.6.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.8.** Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.
- 20.9.** As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.
- 20.10.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.
- 20.11.** Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.
- 21.2.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema PE-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
- 21.3.** A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por

ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

21.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

21.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

21.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

21.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

21.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no PE-INTEGRADO e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

21.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A - Modelo da Ordem de Fornecimento

Anexo B - Modelo da Proposta de Preço

b) ANEXO II - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES;

c) ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

21.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

21.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 11 de julho de 2024.

Lusinete Viana Rocha de Holanda
PREGOEIRA CPL/CISAM

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO EVENTUAL DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CURATIVOS), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO CISAM/UPE E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos da legislação vigente e conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto deste Termo de Referência estão divididos por itens e descritos conforme tabela abaixo:

| QUADRO 1 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO DESTES TERMO DE REFERÊNCIA | | | | | | |
|--|----------------|---|---------|--------|-----------------------|--------------------|
| ITENS | CÓDIGO E-FISCO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO | VALOR TOTAL |
| 1 | 3480500 | COMPRESSA COM COBERTURA 100% ALGODAO - ESTERIL, IMPREGNADA COM PHMB A 0,2 %(POLI-EXAMETILENO DE BIGUANIDA) COMO AGENTE RESISTENTE A COLONIZACAO BACTERIANA, REDUZINDO A PENETRACAO BACTERIANA ATRAVES DA COMPRESSA DE AMPLO ESPECTRO CONTRA MICROORGANISMOS GRAN POSITIVOS E NEGATIVOS, FUNGOS E LEVEDURAS,MEDINDO 15X17CM. EMBALAGEM APROPRIADA | UNIDADE | 2.100 | R\$ 23,2000 | R\$ 48.720,0000 |
| 2 | 4258720 | CURATIVO ESTERIL - PRIMARIO, COMPOSTO POR UMA REDE TEXTIL DE 100% POLIESTER IMPREGNADA COM SAIS DE PRATA E TLC (TECNOLOGIA LIPIDIO COLOIDE), FLEXIVEL E ADAPTAVEL, NAO ADERENTE E NAO OCLUSIVO, TAMANHO 10X20CM | UNIDADE | 80 | R\$ 241,8675 | R\$ 19.349,4000 |
| 3 | 4137582 | CURATIVO - COMPOSTO POR FIBRAS HIDRO-DESBRIDANTES, FORMADAS POR DOIS COMPONENTES: NUCLEO DE ACRILICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA, ASSOCIA AS FIBRAS HIDRO DESBRIDANTES A UMA MATRIZ CICATRIZANTE DE TLC (TECNOLOGIA LIPIDO COLOIDE), MEDINDO: 10X10CM | UNIDADE | 80 | R\$ 138,9000 | R\$ \$ 11.112,0000 |
| 4 | 4968468 | CURATIVO ESTERIL - PRIMARIO, ABSORVENTE, NAO ADERENTE E NAO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRILICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LIPIDIO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA,TAMANHO 10,00X10,00CM | UNIDADE | 80 | R\$ 132,7500 | R\$ 10.620,0000 |
| 5 | 514705 | CURATIVO ADESIVO - COM BANDAGEM ADESIVA PARA USO APOS PUNCAO VENOSA, ANTI-SEPTICO, ANTI-ALERGICO E ESTERIL, 2.0 CM DE DIAMETRO, INVOLUCRO INDIVIDUAL INTEGRO E ESTERIL, ART.31 DA L.8078/90 E PORT.CONJ.N1 DE 23/1/96 - M.SAUDE. | UNIDADE | 20.000 | R\$ 0,0400 | R\$ 800,0000 |
| 6 | 1922661 | FIXADOR ESTERIL PARA CATETER PERIFERICO - COMPRESSA ABSORVENTE, DE TECIDO MACIO, COM DORSO DE RAYON E POLIESTER, RESISTENTE A AGUA, NAO OCLUSIVA, COM ADESIVO DE ACRILATO HIPOALERGENICO,RECORTE CENTRAL P/SAIDA DE EQUIPOS E TUBULACOES, 2 TIRAS EXTRAS P/ ESTABILIZACAO DE CATETERES E TUBULACOES, ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, LIVRE DE | UNIDADE | 26.000 | R\$ 1,5400 | R\$ 40.040,0000 |

| | | | | | | |
|--|---------|---|---------|-------|--------------|------------------------|
| | | LATEX, LINER DE PAPEL SILICONIZADO, ACONDICIONADO EM CAIXA, CONF. MS, TAMANHO: (50 X 74)MM, 2 FITAS P/FIXACAO (74 X 12)MM CADA, VALIDADE DE 20 MESES. | | | | |
| 7 | 2350793 | PLACA PROTETORA DE PELE - DE 20 X 20 CM, PARA PROTECAO DE PELE PERIOSTOMAL, FLEXIVEL E AUTO-ADESIVA. | UNIDADE | 92 | R\$ 73,9400 | R\$ 6.802,4800 |
| 8 | 2350866 | SISTEMA PARA PROTECAO DE PELE - EM PO, HIPOALERGENICO, A BASE DE HIDROCOLOIDE, PARA ABSORCAO DA UMIDADE DA PELE PERIESTOMAL. | UNIDADE | 104 | R\$ 37,3767 | R\$ 3.887,1768 |
| 9 | 1908316 | CURATIVO ADESIVO - COM MATERIAL ADESIVO HIPOALERGENICO, ESTERIL, RESISTENTE A AGUA, TRANSPARENTE, SEMIPERMEAVEL, COM RECORT E ADESIVO PARA FIXACAO DE CATETER, EM POLIURETANO, (4,4 X 4,4)CM, INVOLUCRO INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO OU FILME TERMOPLASTICO, ROTULAGEM COM NOME, DATA DE FABRICACAO, LOTE, VALIDADE E TIPO DE ESTERILIZACAO. | UNIDADE | 2.000 | R\$ 6,1767 | R\$ 12.353,4000 |
| 10 | 4110714 | CURATIVO COMPOSTO POR ESPUMA DE POLIURETANO - IMPREGNADA COM IONS DE PRATA, FILME DE POLIURETANO DE PERMEABILIDADE SELETIVA COM GRADE DEMARCADORA NA PARTE POSTERIOR E INDICATIVO DE TROCA,INDICADO P/ FERIDAS INFECTADAS, COM RISCO DE INFECACAO,OU DIFICULDADE DE CICATRIZACAO QUE APRESENTEM MODERADA A ALTA EXSUDACAO,TAMANHO 5,00 X 8,00CM - CAVIDADE | UNIDADE | 100 | R\$ 56,3000 | R\$ 5.630,0000 |
| 11 | 2346931 | CURATIVO ESTERIL - COMPOSTO POR: 55% DE COLAGENO, 44% DE CELULOSE REGENERADA OXIDADA E 15% DE PRATA., TAMANHO DE 123 CM. | UNIDADE | 60 | R\$ 317,8700 | R\$ 19.072,2000 |
| VALOR ESTIMADO GLOBAL PARA 12 MESES | | | | | | R\$178.386,6568 |

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente contrataç3o se dar4 em funç3o da necessidade de aquisiç3o de materiais m4dico-hospitalares, a fim de atender o CISAM/UPE, uma vez que o t4rmino da vig4ncia das Atas de Registro de Preço referente ao Processo 131/2022 Preg3o 082/2022, expirou em 23/10/2023 e o novo processo de registro de preç3os (Processo N° 152/2023 Preg3o Eletr3nico N° 095/2023) restou fracassado para esses itens e que a necessidade de manter o abastecimento dos nossos estoques dos referidos itens para o andamento regular dos serviç3os prestados pelo CISAM/UPE, de acordo com as especificaç3es e quantidades constantes neste Termo de Refer4ncia.

2.1.2. Informe-se, por oportuno, que tal objeto atender4 o dever legal exposto no Art. 7º da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, que disp3e as condiç3es para a promoç3o, proteç3o e recuperaç3o da saude, a organizaç3o e o funcionamento dos serviç3os correspondentes e d4 outras provid4ncias. Considerando o princ4pio da integralidade no SUS descrito no mencionado artigo, 4 mantida uma adequada padronizaç3o de materiais hospitalares no CISAM/UPE, a fim de que sejam adquiridos itens que viabilizem aç3es e serviç3os preventivos, curativos e de diagn3stico, individuais e coletivos, exigidos para cada paciente em todos os n4veis de complexidade.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. O quantitativo previsto no presente Termo de Refer4ncia foi definido a partir do programa MV SOUL, Relat3rio de Consumo de Estoque do 4ltimo ano, fundamentado no consumo m4dio mensal (CMM) e acrescidos de 30% para atender, se necess4rio, um poss4vel aumento na demanda considerando que o n4mero de pacientes atendidos varia mensalmente, n3o temos como mensurar um quantitativo exato e precisamos manter nosso estoque para atender casos de urg4ncia/emerg4ncia admitidos nesta unidade.

2.2.2. Soma-se ao quantitativo supramencionado àqueles obtidos a partir das manifestações de interesse registradas na Intenção de Registros de Preços nº IRP.00.28.2024.CISAM, operacionalizada através do sistema PE-Integrado.

2.3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

2.3.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.1333/2021).

2.3.2. Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

2.3.3. Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, conseqüentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

2.4. DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.4.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.4.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para o fornecimento do objeto.

2.4.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que não são itens de alta complexidade, podendo ser encontrado no mercado sem dificuldade. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois os itens podem ser contratados de forma parcelada, isso diminui a vultuosidade já que os mesmos poderão ser fornecidos por diversas empresas.

2.4.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.5. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.5.1. É vedada a participação de cooperativa na presente licitação, uma vez que as condições técnicas e físicas necessárias ao fornecimento do objeto pretendido será avaliada objetivamente por meio de certidões técnicas, licenças não são compatíveis com a capacidade jurídica de cooperativa.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.6.1. É vedada a participação de pessoa física na presente licitação, uma vez que se faz necessária a estrutura mínima com as condições técnicas e físicas necessárias ao fornecimento do objeto pretendido, as quais serão avaliadas objetivamente por meio de certidões técnicas, licenças não são compatíveis com a capacidade jurídica desse.

2.7. DA PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de agricultor familiar/ produtor rural na presente licitação, considerando a natureza do objeto e uma vez que as condições técnicas e físicas necessárias ao fornecimento será avaliada objetivamente por meio de certidões técnicas, licenças não são compatíveis com a capacidade jurídica desses.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO/ DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na tabela do subitem 1.3. deste Termo de Referência, para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

3.1.1.1. O fornecimento dos materiais médico-hospitalares deverá estar em conformidade com as espe-

cificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência e com a proposta de preços apresentada;

3.1.1.2. A validade dos materiais médico-hospitalares deverá ser no mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo;

3.1.1.3. O transporte dos materiais médico-hospitalares deve ser realizado em veículos climatizados que permitam o adequado acondicionamento dos quantitativos a serem transportados;

3.1.1.4. Quando for observado desvio de qualidade de algum material médico, seja pela equipe técnica do CISAM ou pela Vigilância Sanitária, a empresa vencedora obriga-se a substituí-lo ou por outro lote ou outro fabricante, sem alteração de preço.

3.1.1.5. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2.1. A entrega dos materiais médico-hospitalares será realizada de **forma imediata e integral**, em remessa única, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados da notificação da emissão da ordem de fornecimento e a respectiva nota de empenho.

3.2.2. A entrega será realizada no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para o Contratante.

3.2.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho.

3.2.4. O objeto será recebido:

3.2.4.1. Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais médico-hospitalares recebidos com as especificações exigidas;

3.2.4.2. Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos materiais médico-hospitalares com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

3.2.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação;

3.2.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O **valor estimado global** da contratação para **12 (doze) meses** é de **R\$178.386,6568** (cento e setenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e

trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.09.

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens forem superiores a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Excepcionalmente, o tratamento privilegiado destinado às ME e EPP pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar.

4.3.3. O presente processo se enquadra no inciso II do art. 49 citado acima, uma vez que os itens da planilha de especificações constantes no subitem 1.3 deste Termo de Referência restaram fracassados, desertos ou revogados no processo nº 152/2023 pregão eletrônico nº 025/2023 cujo certame ocorreu em consonância com o art. 48, da Lei Complementar 123/2006, entretanto os itens ofertados pelos fornecedores não cumpriram as exigências estabelecidas no instrumento convocatório tão pouco atenderam às nossas especificações técnicas conforme pareceres anexos ao processo. Nesse sentido, a fim de evitarmos o desabastecimento solicitamos um novo processo por ampla concorrência tendo em vista o prazo decorrido no processo anterior e o risco de restar novamente fracassado.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

5.1.2. O objeto será executado por meio da forma de **FORNECIMENTO INTEGRAL** com entrega **IMEDIATA**.

5.1.3. O **modo de disputa** a ser utilizado é o **aberto**.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que promovem um ambiente competitivo que estimula a participação de diversos fornecedores, fomentando a concorrência e, conseqüentemente, resultando em preços mais competitivos além de tratar-se de aquisição de bem comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, e, portanto, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento o menor preço unitário por item e modo de disputa aberto.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **120** (cento e vinte) **dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. A proposta de preços deverá ser elaborada, com base no **Anexo B do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, indicando a marca do material médico-hospitalar e acompanhada do(s) seguinte(s) documento(s):

5.2.2.1.1. **Certificado de Registro**, emitido pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)** ou cópia legível do DOU do material ofertado.

5.2.3. DA AMOSTRA

5.2.3.1. Visando realizar análise conclusiva da adequação e conformidade do material médico ofertado para o atendimento da necessidade pública, será exigida amostra dos itens em virtude haver uma variedade de MMH disponíveis no mercado e que apresentam variações quanto a sua quanto a sua composição, qualidade, estrutura, funcionalidade, compatibilidade e/ou aplicação, fatores importantes que precisam ser avaliados pela equipe técnica antes da aceitação e aquisição do produto pela administração pública no intuito de evitar aquisições equivocadas e impróprias para o uso específico a que se destina no setor solicitante.

5.2.3.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e à adequação do objeto, bem como, após verificada a regularidade formal da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo agente de contratação, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação.

5.2.3.3. Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos pelo LICITANTE, será feita a convocação do licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

5.2.3.4. A amostra deverá ser apresentada no endereço da Central de Licitação do CISAM, na Rua Visconde de Mamanguape, s/n – Encruzilhada – Recife-PE CEP: 52030-010, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 15:30h, mediante agendamento através dos números/ e-mail 3182-7710/ licitação.cisam@upe.br.

5.2.3.5. A amostra, deverá obrigatoriamente estar identificado(a) com os seguintes dados:

- a) número do Processo Licitatório;
- b) número correspondente ao(s) item(ns) da licitação para o qual foi exigida a amostra, com sua(s) respectiva(s) descrição(ões);
- c) razão social, endereço completo e número do telefone do licitante;
- d) nome completo e número do telefone do representante do licitante.

5.2.3.6. A amostra consistirá em:

- a) no mínimo 01 (UMA) unidade da amostra de cada um dos materiais cotados, identificada com o número do item do processo, número da licitação e nome do fornecedor, de forma a não violar a embalagem original e não obstruir a visibilidade do produto, do número de registro na ANVISA, do número do lote e validade.

5.2.3.7. Deverão ser apresentadas amostras para o(s) item(s), devendo ser observados os seguintes critérios objetivos na análise:

- a) Variações quanto a sua composição, qualidade, estrutura, funcionalidade, compatibilidade e aplicação.

5.2.3.8. O(s) produto(s) apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento do objeto.

5.2.3.9. Será admitida a presença dos demais licitantes na apresentação da amostra, sendo vedada a manifestação escrita ou oral dos licitantes durante este procedimento.

5.2.3.10. Os produtos que servirem de AMOSTRAS não poderão ser computados no quantitativo a ser entregue.

5.2.3.11. A amostra será examinada e avaliada pela Comissão de Padronização de Marcas de Produtos Farmacêuticos: Materiais Médico-Hospitalares, medicamentos e outros produtos designada pela Portaria nº 0222/2013 de 25/03/2013 para verificar se estas condizem com as especificações técnicas contidas no ANEXO II – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS e encaminhadas para o profissional de saúde habilitado para TESTES e análise minuciosa quanto à qualidade e funcionalidade prática do produto de acordo com as condutas clínicas e necessidades do CISAM, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, garantida a publicidade de todos os atos a quaisquer interessados.

5.2.3.12. Após a entrega, a Comissão responsável pela análise, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da amostra, prorrogáveis de acordo com as demandas cirúrgicas ou dos procedimentos necessários para a análise do produto, emitirá parecer técnico de conformidade com o objeto solicitado, informando expressamente se APROVA ou REPROVA a amostra apresentada.

5.2.3.13. No caso da APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos para análise definidos no Termo de Referência, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas.

5.2.3.14. Durante a análise técnica, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementos necessários para avaliação, os quais deverão ser apresentados, em até 05 (cinco) dias úteis da data da notificação formal (e-mail ou ofício), sob pena de desclassificação do licitante.

5.2.3.15. Depois de vencido o prazo de apresentação da amostra, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante.

5.2.3.16. No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovado ou não haja mais licitantes a serem avaliados.

5.2.3.17. Os custos com a amostra serão de responsabilidade exclusiva do licitante.

5.2.3.18. A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO é de responsabilidade exclusiva da Comissão de Avaliação.

5.2.3.19. Após a conclusão do certame, a licitante terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para fazer a retirada das amostras, sem ônus para a Administração, que serão devolvidas no estado em que se encontrem. Caso não sejam recolhidas, o CISAM isenta-se da guarda do objeto, ficando este sujeito à destinação a que a Administração Pública entender adequada, conforme art. 20, § 3º, do Decreto nº 53.384/2022.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na forma do art. 5º da Portaria MS 2.814/1998, versão republicada em 18/11/1998 e Portaria MS 3.765/1998;

5.3.1.2. Os demais requisitos de qualificação de regularidade jurídica serão descritos no Edital do presente processo.

5.3.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1. Licença de Funcionamento Sanitária válida, emitida pelo Órgão Sanitário Estadual e/ou Municipal, na forma do art. 5º da Portaria MS 2.814/1998, versão republicada em 18/11/1998 e Portaria MS 3.765/1998, compatível com o objeto da licitação;

5.3.2.2. Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedido pelo Conselho Competente em que se encontra estabelecido o licitante.

5.3.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

5.3.3.1. Os requisitos de qualificação de regularidade fiscal, social e trabalhista serão descritos no Edital do presente processo.

5.3.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.4.1. Os requisitos de qualificação de regularidade econômico-financeira serão descritos no Edital do presente processo.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso I e IV do Decreto nº 54.700/2023, visto que há necessidade frequente de contratação e impossibilidade de definição prévia do quantitativo.

6.2. ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1. O Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros-CISAM/UPE é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3. ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

6.3.1. Figuram como Órgãos/Entidades participantes deste Registro de Preço junto com o Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM):

1. Hospital Agamenon Magalhães (HAM)

6.3.2. Distribuição de quantidades por órgão participante, de acordo com a Manifestação de Interesse a Intenção de Registro de Preço nº 0028.2024.CISAM:

| ITEM | E-FISCO | DESCRIÇÃO | CISAM | HAM | QUANT TOTAL |
|------|---------|---|--------|--------|-------------|
| 1 | 3480500 | COMPRESSA COM COBERTURA 100% ALGODAO - ESTERIL, IMPREGNADA COM PHMB A 0,2 % (POLIEXAMETILENO DE BIGUANIDA) COMO AGENTE RESISTENTE A COLONIZACAO BACTERIANA, REDUZINDO A PENETRACAO BACTERIANA ATRAVES DA COMPRESSA DE AMPLO ESPECTRO CONTRA MICROORGANISMOS GRAN POSITIVOS E NEGATIVOS, FUNGOS E LEVEDURAS, MEDINDO 15X17CM. EMBALAGEM APROPRIADA | 100 | 2.000 | 2.100 |
| 2 | 4258720 | CURATIVO ESTERIL - PRIMARIO, COMPOSTO POR UMA REDE TEXTIL DE 100% POLIESTER IMPREGNADA COM SAIS DE PRATA E TLC (TECNOLOGIA LIPIDIO COLOIDE), FLEXIVEL E ADAPTAVEL, NAO ADERENTE E NAO OCLUSIVO, TAMANHO 10X20CM | 80 | 0 | 80 |
| 3 | 4137582 | CURATIVO - COMPOSTO POR FIBRAS HIDRO-DESBRIDANTES, FORMADAS POR DOIS COMPONENTES: NUCLEO DE ACRILICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA, ASSOCIA AS FIBRAS HIDRO DESBRIDANTES A UMA MATRIZ CICATRIZANTE DE TLC (TECNOLOGIA LIPIDIO COLOIDE), MEDINDO: 10X10CM | 80 | 0 | 80 |
| 4 | 4968468 | CURATIVO ESTERIL - PRIMARIO, ABSORVENTE, NAO ADERENTE E NAO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTE E NUCLEO ACRILICO ENVOLTO POR POLIMEROS DE POLIACRILATO DE AMONIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LIPIDIO COLOIDE), COM SAIS DE PRATA, TAMANHO 10,00X10,00CM | 80 | 0 | 80 |
| 5 | 514705 | CURATIVO ADESIVO - COM BANDAGEM ADESIVA PARA USO APOS PUNCAO VENOSA, ANTI-SEPTICO, ANTI-ALERGICO E ESTERIL, 2.0 CM DE DIAMETRO, INVOLUCRO INDIVIDUAL INTEGRO E ESTERIL, ART.31 DA L.8078/90 E PORT.CONJ. N1 DE 23/1/96 - M.SAUDE. | 20.000 | 0 | 20.000 |
| 6 | 1922661 | FIXADOR ESTERIL PARA CATETER PERIFERICO - COMPRESSA ABSORVENTE, DE TECIDO MACIO, COM DORSO DE RAYON E POLIESTER, RESISTENTE A AGUA, NAO OCLUSIVA, COM ADESIVO DE ACRILATO HIPOALERGENICO, RECORTE CENTRAL P/SAIDA DE | 8.000 | 18.000 | 26.000 |

| | | | | | |
|----|---------|--|-------|----|-------|
| | | EQUIPOS E TUBULACOES, 2 TIRAS EXTRAS P/ ESTABILIZACAO DE CATETERES E TUBULACOES, ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, LIVRE DE LATEX, LINER DE PAPEL SILICONIZADO, ACONDICIONADO EM CAIXA, CONF. MS, TAMANHO: (50 X 74)MM, 2 FITAS P/FIXACAO (74 X 12)MM CADA, VALIDADE DE 20 MESES. | | | |
| 7 | 2350793 | PLACA PROTETORA DE PELE - DE 20 X 20 CM, PARA PROTECAO DE PELE PERIOSTOMAL, FLEXIVEL E AUTO-ADESIVA. | 80 | 12 | 92 |
| 8 | 2350866 | SISTEMA PARA PROTECAO DE PELE - EM PO, HIPOALERGENICO, A BASE DE HIDROCOLOIDE, PARA ABSORCAO DA UMIDADE DA PELE PERIESTOMAL. | 80 | 24 | 104 |
| 9 | 1908316 | CURATIVO ADESIVO - COM MATERIAL ADESIVO HIPOALERGICO, ESTERIL, RESISTENTE A AGUA, TRANSPARENTE, SEMIPERMEAVEL, COM RECORTE E ADESIVO PARA FIXACAO DE CATETER, EM POLIURETANO, (4,4 X 4,4)CM, INVOLUCRO INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO OU FILME TERMOPLASTICO, ROTULAGEM COM NOME, DATA DE FABRICACAO, LOTE, VALIDADE E TIPO DE ESTERILIZACAO. | 2.000 | 0 | 2.000 |
| 10 | 4110714 | CURATIVO COMPOSTO POR ESPUMA DE POLIURETANO - IMPREGNADA COM IONS DE PRATA, FILME DE POLIURETANO DE PERMEABILIDADE SELETIVA COM GRADE DEMARCADORA NA PARTE POSTERIOR E INDICATIVO DE TROCA,INDICADO P/ FERIDAS INFECTADAS, COM RISCO DE INFECCAO, OU DIFICULDADE DE CICATRIZACAO QUE APRESENTEM MODERADA A ALTA EXSUDACAO, TAMANHO 5,00 X 8,00CM - CAVIDADE | 100 | 0 | 100 |
| 11 | 2346931 | CURATIVO ESTERIL - COMPOSTO POR: 55% DE COLAGENO, 44% DE CELULOSE REGENERADA OXIDADA E 15% DE PRATA., TAMANHO DE 123 CM. | 60 | 0 | 60 |

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Ap4s a homologa4o do resultado desta licita4o, a adjudicat4ria ser4 convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de **08 (oito) dias 4teis**, contados da convoca4o, sob pena de decair o direito 4 contrata4o.

6.5. PRAZO DE VIG4NCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGA4O

6.5.1. O prazo de vig4ncia da ata ser4 de **12 (doze) meses**, contado da data de sua assinatura.

6.5.2. O prazo de vig4ncia mencionado acima poder4 ser prorrogado, por igual per4odo, desde que tenha saldo dispon4vel em ata e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. PREVIS4O E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADES4O POR 4RG4OS E ENTIDADES N4O PARTICIPANTES E CONDI4OES DE ADES4O

6.6.1. Ser4 permitida a ades4o por 4rg4os n4o participantes 4 Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Refer4ncia.

6.6.2. As poss4veis solicita4oes de ades4o dever4o ser encaminhadas 4 gerenciadora da ata de registro de preços, atrav4s do sistema PE-INTEGRADO, m4dulo ades4o.

6.7. OBRIGA4OES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1. As obriga4oes do 4rg4o gerenciador da ata de registro de preços ser4o dispostas em item espec4fico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8. OBRIGA4OES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obriga4oes da detentora da ata de registro de preços ser4o dispostas em item espec4fico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1.1. Uma vez que o presente Termo de Refer4ncia objetiva a compra com entrega imediata e integral de bens dos quais n1o resultam em obriga7es futuras, inclusive quanto a assist4ncia t4cnica, a contrata71o decorrente desta licita71o ser1 formalizada por meio de nota de empenho de despesa, por se caracterizar como instrumento h1bil a substituir o contrato formal, em conformidade com o art. 95 da Lei n1 14.133/2021.

7.1.2. Ap1s a homologa71o da licita71o, a adjudicat1ria ser1 convocada para retirar a ordem de fornecimento e respectiva nota de empenho no prazo de 05 (cinco) dias 1teis, contados a partir da convoca71o, sob pena de decair o direito 1 contrata71o.

7.1.3. O prazo de convoca71o poder1 ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual per1odo, mediante solicita71o da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administra71o.

7.2. OBRIGA71ES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4 dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obriga7es assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

7.2.1. Receber o objeto no prazo e condi7es estabelecidas neste Termo de Refer4ncia;

7.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execu71o do objeto contratado, atrav4s de servidor designado para este fim;

7.2.3. Informar 1 **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso 1 suas instala71es para entrega dos materiais m4dico-hospitalares;

7.2.4. Verificar a conformidade dos materiais m4dico-hospitalares entregues com as especifica71es e quantidades exigidas, inclusive quanto 1 marca indicada na proposta;

7.2.5. Promover o recebimento provis1rio e definitivo do objeto, cumpridas as condi7es estabelecidas no subitem 3.2.4 deste Termo de Refer4ncia;

7.2.6. Comunicar por escrito 1 **CONTRATADA** qualquer v1cio, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substitui71o, o reparo ou complementa71o do bem entregue, 1 suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determina71o;

7.2.7. Recusar o recebimento do material m4dico-hospitalar que n1o atenda aos requisitos elencados nas especifica71es indicadas se, ap1s o prazo fixado para substitui71o, reparo ou complementa71o, n1o for sanada a irregularidade verificada, comunicando 1 **CONTRATADA** o fato por escrito;

7.2.8. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condi7es e nos prazos estabelecidos;

7.2.9. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execu71o do objeto contratado, quando houver controv4rsia sobre a dimens1o, qualidade e quantidade do objeto executado;

7.2.10. Comunicar 1 **CONTRATADA** as ocorr4ncias de quaisquer fatos que, a seu crit4rio, exijam medidas corretivas;

7.2.11. Prestar as informa71es e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados 1 execu71o contratual;

7.2.12. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste Termo de Refer4ncia;

7.2.13. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorroga71o motivada por igual per1odo, decis1o expl1cita sobre todas as solicita71es e reclama71es relacionadas 1 execu71o do presente da ordem de fornecimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelat1rios ou de nenhum interesse para a boa execu71o do ajuste;

7.2.14. Responder a pedidos de reajustamento no prazo m1ximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equil1brio econ1mico-financeiro no prazo m1ximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instru71o completa dos respectivos requerimentos;

7.2.15. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

7.3.1. Fornecer o material médico-hospitalar, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;

7.3.2. Fornecer o material médico-hospitalar acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

7.3.3. Cumprir o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência;

7.3.4. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do contrato, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

7.3.5. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

7.3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.3.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

7.3.8. Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos materiais médico-hospitares, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

7.3.9. Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

7.3.10. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

7.3.11. Manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE.

7.3.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

7.3.13. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

7.3.14. Comprovar, **quando for o caso**, no início da execução e sempre que solicitado pelo fiscal, à reserva de cargos prevista em lei pela pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência da ata, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

7.3.15. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04.;

7.4. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

7.4.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização,

concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.5.1. A execução do presente **fornecimento** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

7.5.2. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Gerência da Farmácia, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

7.5.2.1. Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;

7.5.2.2. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;

7.5.2.3. Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;

7.5.2.4. Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do contrato para pagamento;

7.5.2.5. Registrar no histórico de execução da ata todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.5.2.6. Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;

7.5.2.7. Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a entrega nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;

7.5.2.8. Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.5.2.9. Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

7.5.3. A gestão do contrato ficará a cargo da Gerência de Contratos, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

7.5.3.1. Coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização da ata, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais, no histórico de gerenciamento, de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;

7.5.3.2. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

7.5.3.3. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;

7.5.3.4. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;

7.5.3.5. Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

7.5.3.6. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do da ata não seja ultrapassado.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do contrato.

8.2. A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

8.3. Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

8.3.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

8.3.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

8.3.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

8.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.4. Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

8.5. Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8. Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

8.9. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

| SIGLA | SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO |
|-------|------------------------|
| EM | Encargos Moratórios |

| | |
|----|---|
| N | Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. |
| VP | Valor da parcela a se pagar. |
| TX | IPCA |
| I | Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$ |

8.11. A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre as sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na minuta da ata de registro de preços, anexo do Edital do presente processo.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas às infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na ordem de fornecimento, anexa ao presente Termo de Referência.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

ANEXO A - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

ANEXO B - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Recife, 02 de maio de 2024.

Sanderssonilo de Albuquerque dos Santos
Farmacêutico - CISAM

Observação 1: Este termo de referência tomou como base a minuta padronizada da SAD/PE para fornecimento (adaptada conforme o caso concreto) elaborada de acordo com os instrumentos padronizados da PGE:–Edital de Fornecimento de Bens entrega futura com SRP (v.6 de 20/11/2023), Minuta do Contrato de Fornecimento de bens (v.5 de 20/11/2023) e Minuta da ARP de Fornecimento de bens, entrega futura, integral ou parcelada com SRP (v.2 de 27/06/2023). Uso obrigatório conforme Portaria SAD nº 1.324/2023.

| VERSÃO DO MODELO SAD | DATA |
|----------------------|------------|
| v. 05 | 02/01/2024 |

Observação 2: Os ajustes textuais foram realizados pelo agente de planejamento do CISAM (SEI nº 0040610223.000001/2024-51). Os tópicos 1.3 (quanto aos valores), 4.1 e 4.3 (exceto quando há processo licitatório anterior) foram preenchidos pelo setor de compras. A necessidade da contração e alterações técnicas que atendem a

demanda foram realizadas pela área técnica do CISAM que assina este Termo de Referência - tópicos 1; 2.1.1; 2.2; 3.1; 3.2.2; 4.3 (quando processo licitatório anterior); 5.2.2; 5.2.3.1; 5.2.3.7; 5.2.3.8; 5.2.3.12; 5.2.3.13; 5.3.2; 6.1.1; 6.3.

Observação 3: Conforme Portaria Conjunta SAD/PGE Nº 97/2023 de 14 de dezembro de 2023, em seu parágrafo único, o Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o Plano de Contratação Anual (PCA), na condição de documentos obrigatórios da fase preparatório dos processos regidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, na forma do Decreto nº 53.384, de 22 de agosto de 2022, serão exigidos a partir do exercício financeiro de 2025, sendo por isso não citados neste Termo de Referência.

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente 1 NOTA DE EMPENHO n1 _____

DO OBJETO: FORNECIMENTO EVENTUAL DE MATERIAIS M1DICO-HOSPITALARES (CATETER INTRAVENOSO), conforme quadro e informa11es a seguir:

| ITEM | C1DIGO E-FISCO | DESCRI11O | MARCA | UNIDADE | QUANT. | VALOR UNIT1RIO | VALOR TOTAL |
|----------------------------|----------------|-----------|-------|---------|--------|----------------|-------------|
| | | | | | | | |
| VALOR GLOBAL PARA 12 MESES | | | | | | | R\$ |

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HOR1RIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

1. DA ENTREGA: Os materiais m1dico-hospitalares dever1o ser entregues em conformidade com as especifica11es t1cnicas e demais condi11es exigidas no Termo de Refer1ncia e com a proposta de pre1os apresentada.

2. DA COMPOSI11O DO INSTRUMENTO: Integram este instrumento o **Edital de Preg1o Eletr1nico n.1 0035/2024** e seus Anexos, bem como a proposta de pre1os apresentada na licita11o, independentemente de transcri11o.

3. DAS INFRA11OES E SAN11OES ADMINISTRATIVAS:

PAR1GRAFO PRIMEIRO: Comete infra11o administrativa, nos termos da Lei n1 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- Der causa 1 inexecu11o parcial das ordens de fornecimento, deixando de cumprir as obriga11es assumidas no Termo de Refer1ncia;
- Der causa 1 inexecu11o parcial do Termo de Refer1ncia que cause grave dano 1 Administra11o ou ao funcionamento dos servi1os p1blicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa 1 inexecu11o total do previsto nesse Termo de Refer1ncia;
- Ensejar o retardamento da execu11o ou da entrega do objeto da contrata11o sem motivo justificado;
- Apresentar documenta11o falsa ou prestar declara11o falsa durante a execu11o do previsto nesse Termo de Refer1ncia;
- Praticar ato fraudulento na execu11o do previsto nesse Termo de Refer1ncia;
- Comportar-se de modo inid1neo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 51 da Lei n1 12.846, de 11 de agosto de 2013.

PAR1GRAFO SEGUNDO: Ser1 aplic1vel a san11o de advert1ncia quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa 1 inexecu11o parcial do aqui exposto que n1o acarrete dano 1 Administra11o e que n1o justifique a imposi11o de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obriga11es previstas nos subitens **7.3.8., 7.3.9., 7.3.10, 7.3.11, 7.3.12 e 7.3.13.** deste Termo de Refer1ncia.

PAR1GRAFO TERCEIRO: Ser1 aplicada multa morat1ria em raz1o do atraso no cumprimento das obriga11es previstas neste , em especial as elencadas nos subitens **7.3.3. e 7.3.4.** deste Termo de Refer1ncia, no percentual de at1 0,5% (cinco d1cimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obriga11o, independentemente de notifica11o do contratado para constitui11o em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto dispostos nessa ordem de fornecimento, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do

PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista nos subitens **7.3.1. e 7.3.2.** deste Termo de Referência quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- III. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no subitem **7.3.5.** deste Termo de Referência;
- IV. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no subitem **7.3.6.** deste Termo de Referência;
- V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no subitem **7.3.7.** deste Termo de Referência;
- VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no subitem **7.3.11.** deste Termo de Referência e não sanar a pendência no prazo estipulado;
- VII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela da ata, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas no subitem **7.3.12 e 7.3.14** deste Termo de Referência;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total da contratação, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes da mesma contratação ou de outras contratações administrativas que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, **se houver**, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Termo de Referência, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) A vantagem auferida em virtude da infração;
- f) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos nesta contratação poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

Local, data.

Nome e assinatura do servidor responsável

ANEXO B
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(em papel timbrado do licitante)

Ao

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS – CISAM/UPE

Ref.: **PROCESSO nº 1465/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 0035/2024**

Apresentamos ao **CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS – CISAM/UPE**, a nossa proposta de preços, para **FORNECIMENTO EVENTUAL DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CURATIVOS)**, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO CISAM/UPE E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, conforme quadro e informações a seguir:

| ITEM | CÓDIGO E-FISCO | DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-----------------------------------|----------------|-----------|-------|---------|--------|----------------|-------------|
| | | | | | | | |
| VALOR GLOBAL PARA 12 MESES | | | | | | | R\$ |

A **validade da proposta** será de, **120** (cento e vinte) **dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Local, data.

Nome e assinatura do responsável

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021;

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ XXX

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2024

PROCESSO nº 1465/2024-PREGÃO ELETRÔNICO nº 0035/2024

A UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE, ATRAVÉS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS-CISAM/UPE, doravante denominada GERENCIADOR, com sede à Rua Visconde de Mamanguape, s/nº no bairro da Encruzilhada nesta cidade, CEP: 52030-010, inscrita no CNPJ sob o nº 11.022.597/0012-44, neste ato representada pela Gestora Executiva, Profª Maria Benita Alves da Silva Spinelli, portador da matrícula funcional nº 83950, no uso da competência conferida pela Portaria nº 1239/2022 e Resolução CONSUN nº 031/2022, publicado no DOE em 29/06/2022, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 0035/2024, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a empresa XXX, doravante denominada DETENTORA DA ATA, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto o FORNECIMENTO EVENTUAL DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CURATIVOS), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO CISAM/UPE E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, conforme as especificações técnicas constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figuram como PARTICIPANTES da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, com os quantitativos estimados, conforme planilha elencada no item 3.1.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

2.3. Os quantitativos previstos poderão ser remanejados pelo GERENCIADOR entre os PARTICIPANTES, desde que haja prévia anuência do PARTICIPANTE que vier a sofrer redução de seu saldo.

2.4. A DETENTORA DA ATA poderá aceitar ou não o remanejamento proposto no caso de envolver órgãos ou entidades localizados em regiões distintas com impacto sobre a execução do objeto.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrado(s), de acordo com os seguintes preços:

| ITEM | CÓDIGO E-FISCO | DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|----------------------------|----------------|-----------|-------|---------|--------|----------------|-------------|
| | | | | | | | |
| VALOR GLOBAL PARA 12 MESES | | | | | | | R\$ |

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. Os preços registrados nesta Ata apenas poderão ser reajustado após decorrido 12 (doze) meses da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante retirada da Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante no **Anexo A do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para retirada da Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

- 8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais altera27es, durante toda a sua vig4ncia, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contrata27es P2blicas;
- 8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos 6rg1os participantes e pedidos de ades1o dos n1o participan-tes;
- 8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os 6rg1os participantes e n1o participantes;
- 8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cab2vel;
- 8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revis1o dos pre2os registrados, conduzindo as renegocia27es necess1rias;
- 8.1.7. Instaurar processo de apura27o e aplica27o de penalidade, garantida a ampla defesa e o contradit6rio, em caso de cometimento de il2citos decorrentes da Ata de Registro de Pre2os;
- 8.1.8. Formalizar a prorroga27o do prazo de vig4ncia da Ata, quando cab2vel;
- 8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de pre2os.

9. DAS OBRIGA27ES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 9.1.1. Manter o pre2o registrado e demais condi27es previstas durante todo o prazo de vig4ncia da Ata de Registro de Pre2os;
- 9.1.2. Manter, durante toda a vig4ncia da Ata de Registro de Pre2os e de eventuais contrata27es decorrentes, as condi27es de habilita27o exigidas para participa27o na licita27o, inclusive sua inscri27o no CADFOR-PE;
- 9.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata de Registro de Pre2os no prazo assinalado.
- 9.1.4. Prestar as informa27es solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vig4ncia da Ata de Registro de Pre2os, no prazo m1ximo de 05 (cinco) dias 2teis ap6s o recebimento da solicita27o.
- 9.1.5. Designar preposto para represent1-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necess1rio.

10. DA ADES1O 1 ATA DE REGISTRO DE PRE2OS POR 6RG1OS N1O PARTICIPANTES

- 10.1. A presente Ata de Registro de Pre2os poder1 ser utilizada por qualquer 6rg1o ou entidade da Administra27o P2blica que n1o tenha participado dos procedimentos iniciais da licita27o para o registro de pre2os, doravante denomi-nado **N1O PARTICIPANTE**, mediante anu4ncia do **GERENCIADOR**, atendidas as condi27es previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 10.2. Cada 6rg1o ou entidade **N1O PARTICIPANTE** poder1 aderir a at4 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Pre2os.
- 10.3. A soma de todas as ades1es por **N1O PARTICIPANTES** n1o poder1 exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do n2mero de 6rg1os n1o participantes que aderirem.
- 10.4. A ades1o do **N1O PARTICIPANTE** requer anu4ncia do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e ser1 autorizada desde que n1o haja preju2zo para as obriga27es decorrentes desta Ata.
- 10.5. A ades1o dever1 seguir as condi27es previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 7.2 desta ARP, em at4 90 (noventa) dias a contar da autoriza27o do **GERENCIADOR**, admitida a prorroga27o excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vig4ncia desta Ata.
- 10.6. O **PARTICIPANTE** poder1 utilizar o quantitativo pass2vel de ades1o previsto nos itens 10.2 e 10.3, ap6s exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concord1ncia da **DETENTORA DA ATA**.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRE2OS

- 11.1. O registro de pre2os da **DETENTORA DA ATA** ser1 cancelado quando esta:

- 11.1.1. Descumprir as condiç3es nela previstas;
 - 11.1.2. N1o manter as condiç3es de habilitaça3o exigidas na licitaça3o;
 - 11.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;
 - 11.1.4. Recusar-se a reduzir o preç3o registrado, na hip3tese de este tornar-se superior 1queles praticados no mercado;
 - 11.1.5. Tiver sua fal4ncia decretada ou for dissolvida;
 - 11.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contrataça3o no 1mbito da Administraça3o Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanç3o n1o ultrapassar o prazo de vig4ncia desta Ata e n1o for o **GERENCIADOR** o respons1vel por sua aplicaça3o, hip3tese em que o registro de preç3os poder1 ser mantido pelo prazo remanescente, ap3s cumprida a penalidade, mediante decis1o fundamentada do **GERENCIADOR**.
- 11.2. A Ata de Registro de Preç3os ser1 cancelada t1mb4m por raz3es de interesse p1blico ou em decorr4ncia de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigaç3es definidas nesta Ata de Registro de Preç3os, devidamente comprovados e justificados.
- 11.3. A Ata de Registro de Preç3os poder1 ser cancelada em caso de extinç3o antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.
- 11.4. Ser1 assegurado o contradit3rio e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preç3os, ressalvada a hip3tese de que trata o item 11.1.6.

12. DAS INFRAÇ3ES E SANÇ3ES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infraç3o administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:
- 12.1.1. n1o retirar a ordem de fornecimento decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;
 - 12.1.2. recusar-se a reduzir os preç3os registrados diante da superveniente criaça3o, alteraça3o ou extinç3o de tributos ou encargos legais com comprovada repercuss1o sobre a Ata;
 - 12.1.3. recusar-se a manter os preç3os registrados ap3s indeferimento do seu pedido de revis1o.
- 12.2. A penalidade de multa ser1 aplicada de acordo com as seguintes regras:
- 12.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor m1nimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o m1ximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infraç3o prevista no item 12.1.1 desta Ata;
 - 12.2.2. Multa de 0,5% (cinco d4cimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor m1nimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e m1ximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infraç3es previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3. desta Ata.
- 12.3. Al4m da multa aplicada, 4 aplic1vel a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condiç3es:
- 12.3.1. na infraç3o prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;
 - 12.3.2. nas infraç3es previstas nos itens 12.1.2. e 12.1.3: at4 6 meses.
- 12.4. Na fixaça3o da dosimetria das sanç3es previstas nesta Ata, ser1o observados os mesmos crit4rios e diretrizes fixados no edital da licitaça3o.
- 12.5. A aplicaça3o das sanç3es dever1 ser precedida de processo administrativo, garantidos os princ1pios da ampla defesa e contradit3rio, a ser instaurado no 1mbito do 3rg1o PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infraç3o prevista no item 12.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infraç3es previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.

13. DA PUBLICAÇ3O

- 13.1. Esta Ata de Registro de Preç3o ser1 publicada no Portal Nacional de Contrataç3es P1blicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condiç3o de sua efic1cia, devendo a sua divulgaça3o ser mantida durante toda a vig4ncia.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os lit1gios decorrentes deste instrumento que n1o puderem ser compostos pela C1mara de Negocia11o, Concilia11o e Media11o da Administra11o P1blica Estadual instituida pela Lei Complementar do Estado n1o 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

1RG1O GERENCIADOR
Prof^a Maria Benita Alves da Silva Spinelli
GESTORA EXECUTIVA DO CISAM/UPE

FORNECEDOR
CNPJ XXX

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

| VERS1O DO MODELO PGE | DATA |
|----------------------|------------|
| EDITAL - V. 13 | 25/06/2024 |
| MINUTA ARP – V 06 | 04/06/2024 |